



Entrevista de Edson de Oliveira Nunes

Concedida a
Helen Miranda Nunes¹



Edson de Oliveira Nunes é Ph.D. em Ciência Política, U.C. Berkeley e Coordenador do Observatório Universitário. Também é Presidente do Conselho de Administração do IBAM, autor de livros e artigos na área de Ciências Sociais e foi presidente do Conselho Nacional de Educação e do IBGE.

<http://dx.doi.org/10.12660/rm.v7n10.2016.64734>

¹ Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais - CPDOC/ FGV.

Gostaríamos de conversar sobre o tema crises no Brasil. Quais semelhanças e diferenças podem ser possíveis de comparação em relação às outras crises pelas quais o Brasil já passou?

Tem semelhanças profundas e diferenças. As semelhanças são mais difíceis de ver. As diferenças são mais óbvias. A diferença é que se você comparar todas as crises anteriores, exceto a do governo Collor, que não se compara muito com essa, agora há um aparato institucional pronto e funcionando. Ele se aperfeiçoou a partir da Constituição de 1988. Primeiro, o Supremo Tribunal Federal (STF) foi obrigado a ficar atuante por causa do fracasso político do Congresso e dos políticos, em geral, e do Executivo, desse último Executivo. A arbitragem da política no Brasil vem sendo feita pelo STF. Ele assumiu esse papel de poder moderador, num certo sentido, e vem atuando bem e vem sendo respeitado. Além do STF, a partir da Constituição Federal de 1988 (CF/88), criou-se um sistema de controle muito sólido; tornou-se efetivo o funcionamento da Advocacia Geral da União (AGU) e se intensificou um sistema de observação das contas com independência. E você aperfeiçoou a Polícia Federal com independência; permitiu um papel ao Ministério Público que era, até então, desconhecido nesta intensidade. Você colocou esse aparato de administração em funcionamento nas relações políticas da sociedade que está funcionando agora e que não existia antes da CF/88 e não estava completamente pronto até antes do impeachment do Collor. Você estabeleceu uma segurança institucional que tem feito dessa crise diferente das outras, ninguém falou que ia colocar tanque na rua, com exceção do Lula que disse ia colocar o Exército do MST (Movimento dos Sem-Terra) na rua em tom de brincadeira, quando se pensa em colocar o Exército na rua significa que você está querendo quebrar alguma regra. Não acredito que ele estivesse pensando efetivamente nisso.

Esse recurso latino-americano de chamar os coronéis e os militares se dissolveu no Brasil. Isso é uma diferença. Ele só existe porque esse aparato de fato tem funcionado: Meninos concursados, juízes, procuradores, policiais federais, auditores da receita federal, em que o emprego não depende do coronel local e nem do chefe político. Essa gente tem independência para investigar e indiciar. Pode dizer que exageram um pouco ali ou se politizaram, mas fato é que essa é a principal diferença entre essa crise e as outras. Se você pensar na crise de 1964, não se pode afirmar que foi uma invenção dos militares. Foi uma ditadura civil-militar. A sociedade brasileira, ou pelo menos parte dela, foi para as ruas pedir intervenção militar. A crise de Getúlio foi arbitrada pelos novos tenentes. A ditadura de 1937 foi arbitrada pelo Exército com poder civil junto. Essa é a diferença crucial e espero que seja permanente porque nos livra de criar experiências de países que se metem nelas e que depois tenham dificuldades para sair.

O Brasil, nesse sentido, progrediu brutalmente. Quais são as semelhanças? Duas principais: A primeira é a crise parlamentar que esteve presente na base de todas as crises. João Goulart perdeu apoio parlamentar e tentou um apoio de massas. Assim que perdeu a sustentação do Congresso, junto com ela, perdeu as manifestações das ruas. Jânio perdeu apoio do Congresso. A renúncia foi aceita. Jango perdeu a sustentação do Congresso e perdeu as ruas. Achou que ia dar um golpe às avessas. A semelhança é a perda de sustentação parlamentar. O que a faz parecida com a renúncia do Jânio e a do Collor num certo sentido (Jânio, Jango e Collor viraram às costas para o Congresso) ... Collor chegou com

um discurso salvacionista. Ele apareceu como “salvador da pátria”, “caçador de marajás”, contra a corrupção. E acabou perdendo apoio no Congresso além de perder na rua. A Dilma também perdeu sustentação do Congresso, talvez por arrogância, talvez por soberba, depois vão aparecer as declarações do PT e as do Lula, que tem sido discreto, que acabarão culpando a Dilma claramente pelo distanciamento do Congresso, pela arrogância, soberba, e por não ter entendido como o Brasil funciona.

Essa é uma parte da semelhança profunda (perda de sustentação no Congresso). O que o Lula diria sobre isso é que tem um Brasil mais profundo que não aparece nas instituições. As instituições que estamos elogiando funcionam, mas não num vácuo societal. Existe um substrato cultural da política brasileira que não aparece claramente e que tem características combinadas: o Brasil é, simultaneamente, um país moderno, com vontade de ter universalismo de procedimento (o que é universalismo de procedimento? A lei vale para todo mundo; todo mundo é igual perante a lei; ninguém rouba, se roubar vai preso; concurso público para tudo; não precisa de despachante para o setor público; não precisa de conhecido para entrar na escola) e como o país é urbano, esse universalismo de procedimento é sólido, essa é a mesma base que estava na Revolução de 1930, que são os tenentes, novos burocratas, a nova classe média, que dizia vamos acabar com as oligarquias, vamos destruir os coronéis. A ideia de acabar com as oligarquias e com o clientelismo tinha um pouco dessa *constituency* para o universalismo de procedimento que existiu em 1930 e se aprimorou com a industrialização. É preciso prestar atenção nela porque se aborrece e vai para as ruas, como foi.

Por outro lado, há um país clientelista que está na base do sistema político brasileiro (que gosta de favores pessoais). O grosso do Congresso brasileiro vem dessa tradição de um Brasil quase oligárquico. Há um pedaço da cara do Brasil que assim funciona. Além disso, há outros pedaços associados como o pessoal que faz PIB, os empresários, que é meio clientelista e meio universalista e meio corporativista. São os clientes excepcionais e privilegiados.

Esse sistema multifacetado se estrutura a partir da revolução de 1930. JK, posteriormente, entendeu como funciona: apoia sindicalistas e corporativismo; dá força para os políticos oligarcas como clientelismo tradicional; para o universalismo de procedimento e as classes médias urbanas; burocracias insuladas e ilhas de competência dentro do setor público. O Brasil é governado por quatro lógicas¹. Quando se esquece de uma, há crise. Jango cometeu erro de agredir a hierarquia militar ficando a favor da revolta dos sargentos. O Lula operou nessa lógica (das “gramáticas” políticas do Brasil) tão competente quanto o JK. Lula não fez outra coisa que a mesma do JK. Deu a maior força possível ao capitalismo moderno; abriu o governo para as grandes empresas; fez uma política externa de país moderno; agradou as classes médias urbanas. Botou o país para crescer. Ampliou o programa que o governo anterior tinha vergonha de confessar. PSDB não sabe lidar com povo. Dá renda

¹ Para Edson de Oliveira Nunes, existem quatro padrões institucionalizados de relações ou “quatro gramáticas” que estruturam os laços entre sociedade e instituições formais no Brasil: clientelismo, corporativismo, insulamento burocrático e universalismo de procedimentos. A partir dos anos 1930, as quatro gramáticas passam a conviver e se inter-relacionar (NUNES, 2010, p. 34).

mínima, é um programa barato. É o que o Eduardo Suplicy sempre defendeu (renda mínima). Lula não tinha o menor problema com as classes populares. Lula operou perfeitamente um Brasil profundo, um Brasil moderno, um Brasil corporativo e errou um pouco nas ilhas de competência. Achar que as agências reguladoras eram terceirização do Estado.

Como retomar o debate sobre interpretações acerca do Brasil² e não apenas sobre os problemas?

Muito difícil. As Ciências Sociais têm culpa nisso. A modernização e profissionalização da disciplina significou a americanização das disciplinas sociais. Há muito tempo essa tendência de profissionalização da área vem junto com a dedicação à solução de questões e problemas mais específicos, tratáveis em tempo compatível com a lógica burocrática da academia moderna e, no caso brasileiro, da política de bolsas de pós-graduação. Grandes interpretações deixaram de fazer sentido nas ciências sociais profissionalizadas. Essa tendência de resolução de problemas responde à modernização da disciplina como se a sociedade estivesse suficientemente explicada. Quem explicava o Brasil ficou no passado. São trabalhos de décadas passadas.

Pouca gente estuda a história, evolução e legado da disciplina. Vai-se rapidamente para a solução de problemas. Naturalmente falta um estímulo para a erudição disciplinar. Como os meninos são desestimulados a pensar sobre interpretações do Brasil, não há mais livro sobre interpretação do Brasil. Meu livro sobre “A gramática política do Brasil”, finalizado em 1984 e publicado no Brasil em 1997, já é um livro fora do tempo. No livro, cujo subtítulo é a “Domesticação da modernização do Brasil”, foi algo estimulado pelas universidades nos EUA na quais estudei, Chicago e Berkeley. Estimulam isso, num certo viés cultural meio esquisito, para estudantes estrangeiros, mas dificilmente recomendariam que um estudante americano escrevesse uma tese interpretando a política americana. Embora eles prefiram solução de problemas para eles mesmos. E naturalmente, aderimos a este paradigma profissional aqui internamente.

Discutir os grandes temas do Brasil significa aprofundar o estudo dos grandes problemas. Quem primeiro pode fazer isso é a academia. E quem tem o dever de fazer isso é a universidade. E ela já não vem fazendo. A FGV deu um certo corte nesses paradigmas com a aposentadoria de uma geração que existia no CPDOC que era voltada para as grandes questões. Mas não é só a Fundação. O IUPERJ/IESP, a Universidade de Minas Gerais e a USP e todos os programas robustos de Ciências Sociais hoje (como no Rio Grande do Sul ou em Curitiba) todos eles estão numa versão de carreira naturalmente profissional. O erudito disciplinar, essa figura, não existe mais. Há jornalistas fazendo isso, mas é muito primitivo, porque radicalmente cai num debate ideológico contra x favor. Tem alguns cientistas sociais que viraram jornalistas. Voltar a discutir os grandes problemas do Brasil fica impraticável quando falta substância vinda da academia. A grande culpa é da academia. A gente continua

² Como faziam Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre, Celso Furtado, etc.

discutindo Brasil com questões antigas. A falta de erudição complica. Se você acompanhar o debate político que se estabeleceu nos últimos 12 anos no Brasil, ele é primitivo. Exceto o Lula, que não tem nada de primitivo, ele sabe funcionar, feito para construir sua biografia, e por isso ele entende o país. Ele sabe que tem que brincar nos quatro lados que o país tem. Exceto o Lula, o intelectual orgânico do operariado brasileiro. Mas mesmo assim ele se valeu da paupérrima solução intelectual “nós versus eles” para se projetar, ao mesmo tempo em que funcionava com um comportamento mais complexo e sofisticado. Complexo na percepção e na sua ação política, escolheu apequenar seu discurso para ter sucesso eleitoral. Eu conheço as pessoas que participaram do processo de formação intelectual do Lula e os cientistas sociais e os economistas ficavam impressionados com a capacidade dele. E ele te devolve o que entendeu com as palavras dele e te assusta porque ele entendeu tudo. Mas ele não pode fazer o uso completo dessa sabedoria porque tem que usar nós e eles.

Esse “Nós e eles” têm o demérito de perder a profundidade, as nuances e as diversidades. Isto te empurra a tomar decisões que estão distanciadas dos problemas profundos do Brasil. O Brasil não vive mais sozinho. No século XXI, o país é perfeitamente globalizado e integrado no sistema mundial e você não pode falar de nós, brasileiros, sem falar dos outros existentes no mundo. O “nós e eles” dentro do Brasil é uma ficção que deu certo politicamente. Você não pode mais inventar a roda. Inventar uma dicotomia que, desde o ponto de vista intelectual, não fica em pé e nada acrescenta. A roda já está suficientemente inventada em termos do funcionamento e limitações do governo, como funcionam as coisas, como se produz emprego, qual é a característica de produzir emprego, qual o papel da produtividade e da tecnologia na geração de empregos e crescimento.

Depois de 1988, o mundo mudou de uma maneira relevante. A queda do muro de Berlim e o colapso do sistema soviético acabou com o Terceiro Mundo. Havia o primeiro, capitalista, o segundo, comunista, e o terceiro, nós todos os demais. Até 1988, você podia falar nós somos um país do Terceiro Mundo. Mas hoje não há muito o que inventar na economia globalizada. Como fazer a tonalidade disso? Vai investir e crescer, de onde virá o investimento e em quais termos? Vai querer ganhos de produtividade? Você vai fazer mais distribuição? Menos distribuição? Vai prestar atenção nos pobres? É um problema de prioridade perfeitamente conhecido e mapeado, mas isso só se pode fazer numa economia funcionando direito. O que acontece? Acabam inventando medidas em que já sabe que a conta não fecha. Exemplo: o que a Dilma fez com a conta de luz. Desgraça é a Eletrobras ser expulsa da bolsa de Nova York. Ou seja, o Brasil não está sozinho. A sua empresa de energia depende de funcionar perfeitamente na bolsa de Nova York. Uma medida interna que parecia inocente e politicamente esperta, segurar o preço da eletricidade, tem um impacto internacional profundo por incompetência de quem fez e de quem deu apoio para que fosse feito. E tem um impacto nacional brutal, porque alguém acabará pagando a conta.

Somos grandes para brincarmos de amadores. De um lado, temos uma burguesia robusta, grande demais para brincar com ela. Temos uma classe média urbana grande demais para brincar com ela. Aquilo que já era complexo na década de 1950, mas que Juscelino entendeu, ficou muito mais complexo, e foi perfeitamente entendido com o Lula de 2003 a 2010 e foi jogado fora de 2010 para frente. A Dilma tinha apoio do Congresso,

enorme, e até para fazer emenda constitucional. E de uma hora para a outra perde isso tudo? Significa que essa perda de apoio já vinha acontecendo, essas mudanças moleculares, e a base já estava se erodindo. Em vez de se discutirem os problemas profundos do Brasil, volta-se ao debate religioso de quem pecou e de quem é a culpa? Não pode, somos um país secular, transformar a política num mecanismo de auto servir. As universidades vão dar conta disso? Talvez não mais porque elas se partidariaram. Já virou outro problema. Partidariou para dentro do sistema universitário num certo sentido. As próprias universidades se tornaram um veículo das discussões políticas e não das discussões profundas que fazem de uma universidade a universidade. O que faz uma grande universidade? Ter amor à verdade, estar despolitizada, estudar profundamente ciências humanas e artes e se aprofundar nos grandes debates, independente do circuito político que tem em volta. Tenho uma visão pessimista sobre a universidade brasileira voltar aos grandes debates. Quem sabe se criassem, na universidade um partido novo, que poderia ser o partido da EMA, esquerda com memória e aritmética, a coisa progredia?

Qual o impacto dessa crise atual sobre a educação brasileira, em especial, a educação superior?

Irrelevante porque não há como piorar. A educação básica e fundamental vem como um desastre historicamente acumulado. Começamos a resolver isso quando passamos a discutir isso as bases curriculares nacionais que viraram inferno ideológico. Se estuda história indígena, africana ou se estuda história europeia? Estamos longe de resolver o problema de uma base curricular desprovida de ideologias. Ainda não acertamos o ponto para a educação básica. Embora haja uma série de movimentos que estão tentando recuperar esse tempo perdido. Grande parte desse processo está na mão dos municípios. Outra parte está na mão dos estados. Na ausência de uma base curricular nacional, não se resolve isso. Na ausência de uma carreira docente que seja de Estado, não vai se resolver isso. Na Constituição de 1988, a gente colocou as universidades como federais e o ensino básico com os municípios e estados. Talvez tivesse que ser ao contrário como disse Cristovam Buarque. A gente fez uma inversão. É preciso criar um padrão nacional de educação. Quase 6.000 mil municípios governados por coronéis, gente que não valoriza isso. Os municípios são saqueados. Há escândalos em cidades pequenas. O ensino superior é uma dor de cabeça por causa do erro constitucional de novo. Ele tem umas complicações que não têm impacto agora. (No ensino superior) 80% das matrículas são particulares. Federais e estaduais são 20%. E nos governos Lula e Dilma tentaram criar algumas universidades. Quando se olha a estrutura das universidades federais, há uma coisa nociva da criação das universidades para fins políticos. Cria, mas não dá fundos/orçamento. Várias universidades não tiveram do governo o apoio que deveriam ter tido. Eu acompanhei a Assembleia Constituinte de 1988. Tinha um lobby dos professores que queriam colocar a gratuidade para o ensino superior federal. Criaram-se duas populações: Uma família que tem o filho na universidade federal que pode ter um carro importado. Pagou o ensino básico. O pai está ganhando um prêmio no imposto de renda. E a mesma família que tem um segundo filho que não passa em universidade pública mas paga mensalidade. Isso não faz sentido. A mesma família tem imposto negativo numa ponta e na outra paga R\$ 2.500,00. E você não cobrando mensalidade das pessoas que podem pagar,

you inviabiliza quem não pode pagar. Tudo que é gratuito tem um problema: a fila é muito grande. Quando a fila é grande, é competitiva. Quando é competitivo, o ponto de corte do ENEM é muito alto, como a faculdade de Medicina, Engenharia, etc. Não resolve o problema do acesso e do financiamento. Conta simples de 1 milhão e pouco de estudantes na universidade governamental: é pouca gente para um país de 200 milhões de pessoas. Dessa parcela de estudantes, mais da metade poderia contribuir para sua educação para ajudar a financiar a universidade. Não faz sentido que estudantes pobres paguem universidade e quem pode pagar vai de carro importado (para a universidade federal). É a contradição da ideia de justiça. Justiça é: todos podem ser tratados iguais e os diferentes podem receber alguma compensação. Como tratar igual uma pessoa que é rica e você dá educação de graça para ela? Não faz sentido. A conta não fecha. Mas não se pode mexer nisso. Não se faz mais conta, isso virou um problema ideológico.

Esse problema deixou de ser ideológico na Inglaterra há algum tempo. E aí você empurra 80% da juventude brasileira para o setor privado? Você acha que 80% dos jovens brasileiros querem pagar mensalidade? É uma injustiça o que fazemos com a juventude brasileira e com as famílias. Ou seja, empurra 80% da geração para estudar numa universidade privada da qual eles não querem ir, mas são empurrados. E deixem que 20% estudem de graça com as famílias recebendo contrapartida tributária efetiva numa universidade federal. Do ponto de vista da teoria da justiça, a conta não só não fecha, mas o princípio moral também não.

Então respondendo à pergunta: Qual é o impacto da crise na educação superior? O impacto é quase nenhum. Além disso, você tem outros problemas associados. Todos os professores do Brasil funcionários públicos ganham o mesmo salário. Do Oiapoque ao Chuí. Professor titular ganha a mesma coisa, produzindo ou não produzindo. Então, uma universidade não pode se destacar da outra... porque há certa paixão na cultura brasileira de pasteurizar as coisas, homogeneizar. As universidades têm o isomorfismo. Isso tem o perigo de não dar certo outra vez. As universidades não são iguais. Os pesquisadores não são iguais. E o Brasil deixou de poder criar grandes universidades de ponta porque tem que pagar atenção igual a todas. Criou uma regra que todas as universidades são iguais. A UFRJ não é igual a Gama Filho que fechou. A UFRJ não é igual a Unipampa, que é nova, ou a que criaram no interior do Pará. Elas são diferentes e precisam de tratamento diferente para que fiquem na ponta da ciência.

O mundo está olhando para o que faz uma grande universidade. E o Brasil está preso nessa amarra. A Alemanha estava com o mesmo problema, mas arranhou, através de um programa sofisticado, criação de competições. Pontas sofisticadas na Alemanha, embora todo mundo seja funcionário público. Fingimos que as universidades privadas são iguais às públicas do ponto de vista regulatório. Não são. As públicas são melhores. As universidades privadas são naturalmente casas de formar profissionais e não eruditos. E as públicas são universidades de verdade na pós-graduação onde não tem corporação para incomodar. No resto, para cada graduação, no Brasil, se inventou um negócio chamado Diretriz Curricular Nacional. Como um país desse tamanho tem diretriz curricular para bibliotecário, economista? O Estado fica refém da corporação. O advogado de Manaus tem a mesma

diretriz curricular do profissional do Rio Grande do Sul. O pedagogo de Manaus tem a mesma diretriz curricular do pedagogo do Rio. Como se faz uma diretriz curricular nacional? Um grupo de profissionais, por exemplo, os administradores, que chegam ao Congresso e dizem: tenho uma profissão que eu quero que seja reconhecida. Então, a profissão é reconhecida. No Brasil, são aproximadamente 43 profissões reconhecidas de ensino superior. Há uma lei para elas. São ocupações capitalistas que vivem do setor terciário. Profissões tradicionais são advogados, engenheiros, médicos, enfermeiro, veterinário, dentista, são profissões que requerem inclusive regulação apropriada pelo Estado. Feita a lei do reconhecimento desta ou aquela atividade como profissão, o MEC se obriga a fazer uma diretriz curricular nacional e pede para o Conselho Nacional de Educação votar e então passa a fazer parte do exame do ENADE (Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes) – exceto em Relações Internacionais e outros, em que se fez o ENADE de profissões não regulamentadas. Mas, no grosso, o ENADE se volta para profissões regulamentadas. Quem dita o que ensina é a corporação. E não a universidade. Há uma rede de interesses que faz com que as corporações tenham um poder, mas elas não passam de ocupações banais do setor terciário. Faz sentido uma pessoa de 18 anos entrar na carreira profissional? As chamadas profissões brasileiras, com as exceções de praxe, se aprendem rápido. O Brasil tem um ensino médio lamentável e todo o ciclo até o ensino médio é complicado. Os meninos já chegam malformados. Com 18 anos, você o coloca numa profissão. E o que acontece? O engenheiro nunca mais lê uma letra, só livro que tenha equação. Médicos não leem mais sobre ciência, mas só aplicação da medicina. Advogado só aprende a escrever petição. Então, você deforma gerações inteiras de ensino superior por não perceber que nós somos governados por uma estrutura corporativa que vem do Estado Novo.

Qualquer coisa que se fizer no ensino superior no Brasil terá pouco impacto enquanto não se resolver a profissionalização precoce. Estamos no caminho errado. Os que vão para pós-graduação são capturados pela comunidade científica. E não precisam de corporação. Não se estuda ciência na graduação. Você estuda profissões. Na pós-graduação, os cursos têm o nome da ciência. A pós-graduação, no Brasil, não te dá licença profissional. Você tem a licença porque você se formou. Se você se formar em outra coisa, sua licença continua sendo a primeira. A pós-graduação é inteligente. Ela descobriu que você não precisa de corporação para ser um bom cientista. E nem precisa de uma licença. Há uma estrutura sindical corporativa velha do Estado Novo. E a gente mantém isso. Quando eu digo que o Brasil é complicado, o Lula entendeu isso. Não dá para brigar com essa gente toda. Essa estrutura sindical atrapalha o ensino superior brasileiro. Essa chave público-privada não está bem resolvida. O Brasil não resolveu essa função do que é público e o que é privado. Se chama algo de público que não é público, mas é do governo. O Aterro do Flamengo é um bem público que pode ser consumido por todas as pessoas. Qualquer pessoa pode entrar na universidade pública? Não. Está correto um médico que estuda numa faculdade pública e fica rico? Você financia o sujeito, ele apropria a educação, e o que a esquerda chama de bem público, e ele apropria um bem como se fosse bem privado, transforma aquilo em propriedade privada dele, e vai ficar rico. Sem atender ao público que o Estado precisa atender. O bem público pode ser para qualquer pessoa. Essas contradições não podem ser discutidas porque você é acusado de ser de direita. Aí a discussão acaba antes de começar. Não é um bem público, mas ele tem externalidades públicas. Uma pessoa bem-educada fica

menos doente. Morre mais tarde. Usa menos médicos. Podem haver externalidades públicas no ensino superior, mas não é um bem público porque não está disponível para todos. E é apropriado individualmente, do ponto de vista econômico. Além disso, no Brasil, a universidade foi privatizada pelos seus professores, porque dela se apropriam como se pertencesse a eles, e está privatizada pela classe média que tem benefício. E mesmo aqueles que pagam universidades não podem descontar em imposto de renda. Isso não é princípio de justiça. Logicamente a conta não fecha e essa conta não tem ideologia nem de esquerda e nem de direita. O impacto é só na ideologia.

Quais opções o Brasil tem para reforçar a universidade pública? Como o senhor vê o crescimento do ensino privado no Brasil e uma possível proposta de privatização das universidades?

Eu não acho que existe a proposta de privatização da universidade. Existe a proposta de pagar mensalidade num futuro incerto e insabido, e mesmo isso vai requerer reforma constitucional. Não passa pela cabeça de ninguém privatizar a universidade. O grosso é o Estado que funciona. Acho que nenhum mortal minimamente inteligente pensa em privatizar a universidade. O governo FHC, em 1999, criou a possibilidade de instituições universitárias com finalidade lucrativa. Isso não existia até 1999, ano 2000. Lula deu força para isso. Universidades com finalidades lucrativas. O Brasil criou coisas que não tem no mundo. A universidade com fins lucrativos é tolerada em outros países. Ela não é incentivada. Aqui virou política de Estado.

Como é essa lei de 1999³? Ela tem finalidade lucrativa?

A lei de 1999 permite que as universidades particulares de ensino superior possam se constituir sob quaisquer das modalidades previstas no código civil brasileiro. O código civil diz que tem associações que são entidades sem finalidade educativa e que existem empresas particulares com finalidades educativas. Quando está prevista qualquer modalidade prevista no código civil, quer dizer que pode ter universidade com finalidade lucrativa. Que não existia formalmente. Por que o governo precisa disso? E por que o Haddad⁴ fez uso perfeito disso? (Para o PROUNI) Só faz sentido se criar com abatimento de imposto de renda empresarial e outros tributos pagos. As universidades sem fim lucrativo como a FGV são isentas de imposto de renda patronal, ou seja, todas as universidades que não têm finalidade lucrativa não pagam imposto de renda, nem pagam o INSS patronal. Para que o PROUNI pudesse atrair uma massa suficiente de alunos, você tinha que dar desconto no imposto de renda e outros tributos e usar as verbas do PROUNI para diminuir a despesa. A ideia do PROUNI é do Fernando Haddad e ele está na base da criação do PROUNI. O governo

³ Lei n. 9870 de 23 de novembro de 1999 que dispõe sobre o valor total das anuidades escolares e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9870.htm. Acesso em: 08/11/2016.

⁴ Fernando Haddad foi ministro da Educação de 2005 a 2012.

brasileiro talvez tenha trazido para a realidade aquilo que estava escondido. Muitos conglomerados educacionais, que se diziam filantrópicos ou sem finalidade lucrativa, já tinham finalidade lucrativa, mas só enriqueciam as próprias famílias e não davam nada para o Estado. Ao permitir que elas virassem lucrativas, elas são forçadas a aceitar o PROUNI, se não, não vão ter uma série de outros benefícios.

O Brasil criou uma modalidade que é uma invenção nossa: o ensino superior com âncora lucrativa. Esse grupo de finalidade lucrativa já corresponde a mais da metade das matrículas brasileiras. Por volta de 2018, eu tenho a projeção aqui, já deve ser a maioria do ensino superior brasileiro. Não existe nenhum país do mundo que tenha escorado a sua educação superior em entidade com finalidade financeira. Isso é uma invenção brasileira. Se é invenção brasileira, não adianta ir à Escola de Chicago perguntar se tem um modelo econométrico para regular isso. Isto é uma criação brasileira. O governo criou isso e, ao mesmo tempo, sai aos tapas com o setor privado. Poderia haver um aparato regulatório próprio para estas entidades. A lei diz que todas as universidades são iguais, mas não são iguais. A Estácio de Sá não é igual à PUC e esta não é igual à UFRJ. Ao mesmo tempo, é preciso uma regulação específica para a universidade pública, para dar a ela o status de classe mundial, com o devido orçamento. O estado de São Paulo colocou uma parcela do ICMS para as universidades. As universidades paulistas não tiveram a prudência de se administrar com olho nos investimentos educacionais e acabaram gastando com despesa pessoal. Igual ao que o governo do Estado do Rio fez com os royalties do petróleo. No governo federal, é um pouco melhor porque o governo federal que administra os concursos/recursos. Não se pode gastar tudo em gasto pessoal. É quase um clientelismo pessoal. São gastos fixos porque o grosso é pessoal.

O que o senhor pensa que pode acontecer com a UERJ⁵?

A UERJ vem sofrendo uma crise brutal antes mesmo da crise do governo do estado porque ao estado do Rio faltou a mesma competência em São Paulo, que é fazer uma dotação de fração orçamentária para UERJ, exclusiva. Parte da fatia de ICMS é das universidades em São Paulo, se gastarem mal, terão problema. Mas a UERJ sequer teve isso. A crise da UERJ é de entristecer porque é uma boa faculdade. O estado do Rio está em ritmo falimentar. Não há que se ter muitas esperanças, pelo menos em algum prazo, sobre o futuro intacto da UERJ. Vai sofrer muito desgaste.

⁵ Em maio de 2016, quando a entrevista foi realizada, a UERJ passava por uma grave crise, que implicou, inclusive, no adiamento das provas de vestibular neste ano. Professores e funcionários permaneceram em greve de 07/03/2016 a 29/08/2016. Desde 2015, a universidade vinha enfrentado graves dificuldades, como atraso no pagamento de bolsas e salários. Devido a dívidas e atrasos no pagamento dos fornecedores, a universidade ficou sem os serviços terceirizados de segurança, limpeza e manutenção. Outras informações em: <http://oglobo.globo.com/rio/sem-aulas-uerj-acumula-dividas-que-somam-113-milhoes-este-ano-18205486>; <http://noticias.r7.com/rio-de-janeiro/apos-greve-e-em-criese-uerj-tem-o-primeiro-dia-de-aula-em-2016-29082016>; <http://educacao.uol.com.br/noticias/2016/07/07/em-meio-a-criese-financeira-uerj-adia-vestibular-2017.htm>. Acesso em: 08/11/2016.

Excelentes professores e sem solução. Então, como reforçar a universidade pública é diferenciá-las e selecionar universidades de ponta. Isso vai acontecer? Não. As universidades públicas têm esse problema que o governo não saberá resolver tão cedo enquanto não criar a ideia de autonomia universitária.

Para as universidades públicas?

Sim, ela ganha um orçamento específico e gasta com o que quiser. Sabe por que não cria autonomia? Décadas atrás, isso foi feito em São Paulo. A USP é da burguesia de São Paulo junto com o Estado. É um experimento notável. A USP merece história sobre sua criação e autonomia. O governo federal não quer dar autonomia para as universidades públicas porque o governo confunde autonomia com soberania. As universidades deveriam ter autonomia para fixar seus próprios salários, fazer planos de carreiras. Pode ter um plano de carreira da universidade pública. Não há justificativa para não dar autonomia às universidades. E não acabar com o regime jurídico único. O RJU (Regime Jurídico Único) deu estabilidade única e a todos trata como iguais, mesmo quando são desiguais. O grosso das universidades contrata professores em tempo integral. 90% é em tempo integral e os horistas são muito poucos. O setor público está na hora de arrochar os salários e parar de corrigir, como vê na política atual. E as universidades não podem competir entre si. Criamos uma ideia de que competição não vale. Criamos uma ojeriza de competição entre as universidades. As universidades competem, os departamentos já competem. Mas com as mesmas vantagens e restrições econômicas. As que são ruins teriam que se corrigir de alguma maneira. Não vejo outra maneira a não ser dar orçamento próprio e fazer os próprios planos de carreiras. Isso não vai acontecer porque os professores são contra. Quem é da pós-graduação vai ser a favor.

E o setor privado vai crescer sozinho. Ele vem crescendo a taxas chinesas. A China ensina marxismo na universidade e tem um setor privado e robusto. A China tem projeto de universidade de classe mundial. A pergunta que você fez pode ser refeita: Quando o Brasil vai ter uma política de ensino superior? Uma pessoa vai responder: Olha os governos de 1950 para cá... A partir de FHC, um pouco, mas o governo Lula fez política superior. Olha tem PROUNI, cotas. Vocês estão confundindo. Isso é política social, mas eu estou falando da política universitária. É fazer o Brasil ficar na ponta do mundo? É parar com a formação de profissionais precoces? Não existe uma política para o ensino superior no Brasil. Essas perguntas que a gente faz são o que fazer para a pública e privada? Tanto faz enquanto não se definir o que fazer do seu sistema universitário. Não tem uma concepção. As universidades não se integraram ao sistema produtivo. Exceto, uma ou outra, mas COPPE⁶ é exceção. A gente acha natural que as próprias corporações governem o ensino superior. Elas também acham natural. O MEC tem medo dos sindicatos, mas também os venera. Corporações querem seu próprio interesse, elas têm interesses privados e não coletivos. As

⁶ Coppe é o Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

corporações estão interessadas no seu próprio direito.

O que o senhor pensa sobre a reforma universitária do período militar? Em relação às atuais ocupações das escolas públicas estaduais⁷, é possível fazer algum paralelo com a atuação do movimento estudantil durante os governos militares?

Não houve reforma universitária. Se você olhar o Decreto-lei 5540 da reforma universitária de 1968, verá que cuidou da estrutura e não dos conteúdos. Ele diz como as universidades se organizarão. Era uma reforma de inspiração americana por baixo completamente fracassada. Acabou que estimulou o MEC a dizer que as universidades tinham que ter seus campi integrados. Disso vem o Fundão porque a UFRJ era espalhada pelo Rio de Janeiro – tem que integrar isso tudo em um grande campus. Filosofia americana. Tínhamos um modelo de faculdade urbana. Criamos uma estrutura organizacional que deu errado. Por quê? As universidades iam ser divididas em centros de estudos, mas isso durou poucos anos.

Não foi uma reforma de conteúdo. Você continua sem política de ensino superior. Haddad tentou fazer uma reforma por meio do chamado Decreto ponte, o 5573. Nele colocou todas as regras de procedimento e de regulação, mas nada de conteúdo e concepção. Nunca houve uma reforma universitária. O movimento estudantil que está acontecendo agora é diferente daquele que existia durante o período militar. Aquele não foi cooptado, naquela época pelo governo federal, era movimento de reivindicação, era movimento de combate. Depois da redemocratização de 1985, mais notadamente no período petista, ele foi se tornando abastardado; cliente do setor público; ele foi sendo comprado, cooptado. Por oito anos fui integrante do Conselho Nacional de Educação, por dois mandatos de quatro anos, nomeado, primeiro, pelo presidente FHC e, depois, pelo presidente Lula. Me impressionava que, nas reuniões, o dirigente da UNE aparecia com o presidente de um conglomerado privado e tinha relações com os donos das universidades – jantava em hotel de 5 estrelas. Os estudantes universitários iam para o Palácio do Planalto dar apoio ao governo e receber prebendas várias. E eu não reconhecia aquela gente como membros de movimento estudantil verdadeiro. Eu fui presidente do diretório acadêmico da Faculdade Filosofia da Universidade Federal Fluminense, nosso glorioso DAOV, Diretório Acadêmico Oliveira Viana. Fui diretor do DCE, fui devidamente preso em 1969. Em verdade, e isto é até meio cômico agora, vendo de longe, fui “preso” três vezes, mas consegui fugir, duas vezes, das filas para entrar no “coração de mãe”, aquele ônibus no qual enfiavam todos os estudantes presos. Uma deu certo, eles conseguiram me segurar e duas eu fugi. Mas era um movimento que tinha uma efervescência de criatividade, de oposição, de inconformismo natural durante o governo militar. Vejo um pouco desta efervescência e criatividade hoje, talvez, nos secundaristas. Não vejo isso nos universitários. Vejo umas pessoas vendidas ao setor público. De novo, a sabedoria do Lula. Comprou todos os movimentos sociais que quiseram se vender. Lula domesticou os movimentos sociais que foram financiados pelo

⁷ Em maio de 2016, escolas estaduais foram ocupadas pelos secundaristas no Rio de Janeiro.

setor público. Os meninos viraram defensores do governo. Para mim, o estudante tem que ser igual a qualquer estudante de Ciências Sociais: contra, ou pelo menos crítico de qualquer governo, em princípio. Sei que parece radical e meio exagerado, quem sabe isto é herança da *Imaginação Sociológica*, do Wright Mills, o que estou dizendo, mas é preciso olhar com olho crítico. Independente. Não entendo um estudante a aderir, acriticamente, a qualquer governo assim como não entendo um cientista social aderir incondicionalmente a um governo.

Sobre os estudantes secundaristas, são mais de 70 escolas ocupadas⁸ só no Rio de Janeiro.

Pois é. Tomara que entrem na universidade e assumam uma nova cara. Se os estudantes universitários não forem assim, críticos e independentes, que adulto você forma dessa maneira? Era natural que o movimento estudantil, durante o período militar, fosse radical por conta de gênero, de raça, distribuição de renda, por causa de política; vários radicalismos e de certa intolerância com status quo. Era o que eu imaginava que uma universidade ia ser. Domesticamos as universidades de certa forma. Do setor privado, não sairá isso porque quase todo mundo trabalha e estuda de noite. Por que não reforma o ensino superior? Está bom para todo mundo. Quem tem diploma universitário ganha duas vezes e meia mais em relação a quem só tem o diploma do ensino médio. Não interessa se aprendeu o conteúdo. O Brasil tem um prêmio educacional que é exagerado. Além disso, há um outro fator. Tem um componente etário. Quando se pega a renda dos profissionais do ensino superior, eles têm um pico de renda por volta dos 65 anos. Não tem prêmio etário para os professores primários e secundários. Todas as outras carreiras têm prêmio etário.

Há alguns acadêmicos que afirmam que as Ciências Sociais estão cada vez mais burocratizadas como a ANPOCS. A gente pode até questionar será que está tendo uma burocratização? Qual é sua opinião sobre a tendência à burocratização das Ciências Sociais?

Há muita gente que se queixa da CAPES e a estratégia pela qual ela mede a competência das pessoas. Essa é uma tendência complicada. Essa mensuração, que as próprias Ciências Sociais ajudaram a inventar, precisa ter um quantitativo para ela. A pós-graduação é razoavelmente robusta. Como você regula e avalia e dá incentivo à pós-graduação? Tem um livro chamado *Social Origins of Dictatorship and Democracy* – do Barrington More – cientista social, que é um livro clássico. Ele levou 11 anos para fazer o livro. Se ele fosse professor da CAPES, ele não ia ter bolsa produtividade, o programa de pós-graduação não ia para frente (risos). Esse tipo de produção muito robusta não é possível. Há o paradigma da burocratização. O processo de burocratização, segundo Weber, não tem muita solução. As sociedades, à medida em que crescem, desenvolvem a burocratização, mas

⁸ Em março de 2016, os estudantes secundaristas ocuparam escolas no Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/06/escolas-ocupadas-do-rio-se-preparam-para-retomar-aulas-esta-semana.html>>. Acesso em: 08/11/2016.

essa gente tem uma desgraça na cabeça. A burocracia é meio e não o fim. A burocratização acaba sendo o próprio fim. Você transformou a mensuração na substituição do valor acadêmico. A régua vale mais que o conteúdo. O que era para ser um meio virou uma finalidade.

Mas a pergunta que você está me fazendo é: Será que tem jeito? Sistemas grandes passam por esse processo de burocratização inevitavelmente. Weber dizia que tinha que ficar na mão dos políticos, mas nós não temos políticos exemplares (risos). Weber dizia que é para isso que existem os estadistas porque eles impedem que a burocracia transforme aquilo em meio um fim, ou em um inferno. Mas a CAPES tem outra virtude que deu certo. Todo regulado é doido para pegar o regulador. A teoria da captura que sempre está com as agências reguladoras. É o regulado tentando capturar o regulador. Há uma assimetria de conhecimento, o regulado sabe mais que o regulador sobre o tema ou a área específica. Toda agência reguladora é criada para evitar ser capturada pelos regulados, de modo a manter sua independência e capacidade de atuação. A CAPES é ao contrário; ela é uma agência para ser capturada pelos cientistas. Ela não é governada pelo governo nem por nenhum burocrata do governo. A CAPES como instrumento burocrático foi desenhada para ser capturada pelos regulados. A CAPES como instrumento burocrático de administração deu certo. Por que não se consegue fazer isso no ensino superior de graduação? Entrega o ensino superior ao ensino superior. Deixa-o colocar a regra. Tem que criar mecanismos de controlar a burocratização. Acho que sua pergunta é: estamos fazendo isso? Acho que não, estamos aderindo com mais facilidade do que combatendo porque dali vem os recursos. É uma forma de pasteurização. Tem pontos virtuosos e pontos que precisam ser revistos.

Interessante observar como o sistema universitário brasileiro cresceu.

Apesar disso, ainda é muito miúdo por proporção em relação ao Paraguai, à Argentina, ao mundo desenvolvido, etc. Em termos comparativos, o sistema brasileiro ainda é de elite, ainda não é um sistema massificado. Estamos inventando algo. Tem que ter uma política universitária.

Nunca vi essa discussão (sobre política universitária)

No Brasil, não existe, como objeto de estudo, o sistema universitário. São as corporações que dão palpites em objeto de estudo. Campinas tem um grupo de estudos superiores fazendo isso. Na UFF, tem um grupo chamado observatório das universidades. No Rio Grande do Sul, também tem, mas são esforços isolados. Aqui no Rio temos o Observatório Universitário. Na Europa e no EUA, promovem-se estudos de ensino superior comparado. É uma pena que não virou assunto nosso.

Principalmente com esses programas Ciências sem Fronteiras que deveriam ter um mecanismo de aprimoramento. O que se faz com ele agora?

É uma complicação adicional. Ele sai daqui estudando numa faculdade profissional. Chega lá cai num negócio que não tem profissão. Ele faz créditos que não são necessariamente créditos profissionais. Se não tiver boa vontade, não se validam os créditos aqui. Não cabe nos currículos brasileiros. Tivemos várias discussões bilaterais com os EUA sobre isso. O sistema brasileiro de profissionalização precoce não cabe mais no sistema mundial de não profissionalização precoce. Então, quando você estuda direito civil I, II, III, os outros estão estudando ciências jurídicas. Tiveram dificuldades lá e aqui. O programa deu errado. O programa de bolsa sanduíche também é um programa que não teve muito sucesso. Nós já achamos que tínhamos programas de doutorado de robustez suficiente para não mais mandar para o exterior. É preciso incentivar os alunos a fazerem o doutorado no exterior. Integral. Primeiro porque o doutorado tem horário integral mesmo. Segundo, o sistema de bolsa sanduíche, se ele não for para casar o sujeito como pesquisador na ponta de lá, ele fica sem saber o que fazer. Você pode ficar sem departamento. O aluno não pode ficar solto. É um erro enviar o aluno para aprender algo que ele já sabe. Outro erro que estamos cometendo é exigir que os meninos quando vão entrar no programa de mestrado saibam qual é o projeto de dissertação de tese. Isso não faz sentido mais porque como você não ensina ciências sociais de maneira erudita, ele chega no mestrado sem conhecer as disciplinas básicas. Quando você já pede um projeto, você não dá oportunidade de educá-lo. E a tese de doutorado poderia ser pelo terceiro ano de estudo. Você tem que dar aula sobre os fundamentos da disciplina. Os doutores são responsáveis pela perpetuidade da disciplina. Eles são os portadores da disciplina para gerações futuras. Nas Ciências Sociais, tem que evitar a formulação precoce de projeto de dissertação.

Qual é a mensagem que o senhor tem para os pós-graduandos de Ciências Sociais e Humanas em geral no Brasil?

Se tornem especialistas nas disciplinas de seu interesse, principalmente, sua história e sua trajetória e quais são as áreas aplicadas que estão sendo desenvolvidas hoje. Evite escolher um problema muito cedo. Tenha calma. Você saberá escolher. Não precisa escolher um problema de pesquisa muito cedo. Burocratização atrapalha uma formação mais profunda. Helen, não temos universidade de fato no Brasil. Há uma federação de escolas profissionalizantes.

Entrevista realizada em 19/05/2016

Referências

MILLS, Charles Wright. *A Imaginação Sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1992.

MOORE, Barrington. *Social Origins of Dictatorship and Democracy: Lord and peasant in the making of the modern world*. Boston: Beacon Press, 1993.

NUNES, Edson de Oliveira. *A gramática política do Brasil: Clientelismo, corporativismo e insulamento burocrático*. 4 ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

NUNES, Edson de Oliveira, et al. *Agências reguladoras e reforma do Estado no Brasil: inovação e continuidade no sistema político institucional*. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

NUNES, Edson de Oliveira. *Educação superior no Brasil: estudos, debates, controvérsias*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

TAFNER, Paulo et. al. *Caminhos trilhados e desafios da educação superior no Brasil*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2016.